

IRS

Modelo 3/IRS Automático - 2022

Prazo a decorrer de 1 de abril a 30 junho

Confirme a declaração automática.
Entregue a declaração de rendimentos

ATUALIDADE

CHEGA VIABILIZA MENOS IRS E MENOS PORTAGENS JÁ ESTE ANO

P. 02

AD INCAPAZ DE CUMPRIR PROMESSAS QUE FEZ "POR RAZÕES ORÇAMENTAIS"

07 DE JUNHO DE 2024
SEMANAL | ANO 2 | 63ª EDIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

WWW.FOLHANACIONAL.PT

DIRETOR NUNO VALENTE
DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO
SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO
EDITOR BERNARDO PESSANHA

ECONOMIA

P.06

DÍVIDA PÚBLICA SOBE 2,5 MIL MILHÕES DE EUROS EM ABRIL

PAÍS

P.05

QUALIDADE DOS SERVIÇOS E TEMPOS DE ESPERA NO SNS PIORARAM

POLÍTICA

P.04

MARCELO E MONTENEGRO QUISERAM "CONTER" O CHEGA NA IMIGRAÇÃO

OPINIÃO

P.07

OS VALORES DA FAMÍLIA

Por

PATRÍCIA
SUSANA
SILVA



DESTAQUE

P.03

MARCELO DEFENDE QUE É PRECISO PARAR "BOLA DE NEVE" DE IMIGRAÇÃO

Capture o código QR
e acompanhe Online
e em Versão Audio





POR FOLHA NACIONAL

“Nós estamos aqui pelos portugueses e não pelas politiquices”. Foi assim que o presidente do CHEGA, André Ventura, justificou a abstenção do partido, esta quarta-feira, à proposta do Partido Socialista (PS), sobre a redução do IRS até ao 6.º escalão. Em causa, está a votação na especialidade do texto de substituição à proposta de redução de taxas inicialmente enviada ao parlamento pelo Governo, que decorreu na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP). A proposta do PS reduz as taxas do IRS até ao 6.º escalão. Já a da Aliança Democrática (AD) previa uma redução das taxas marginais de IRS até ao 8º escalão. “Nós sempre fizemos política desta forma. Independentemente de ser o partido A ou o partido B, nós queremos é baixar os impostos às pessoas. É assim na política, nós queremos propostas que beneficiem os portugueses, venham do PS, da Iniciativa Liberal, ou do PSD”, venceu Ventura, deixando claro que, no entanto, neste caso, “não foi o CHEGA que votou a favor da proposta do PS, foi a Iniciativa Liberal e a extrema-esquerda”. Em Santa Maria da Feira, no distrito de Aveiro, à margem da campanha eleitoral para as europeias 2024,

que acontecerá no próximo domingo, dia 9 de junho, o líder do CHEGA voltou a colocar os portugueses e o país em primeiro lugar e demarcou-se das acusações do presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Paulo Nuncio, de ser uma “bengala” do PS ao afirmar que “o CHEGA tinha outra proposta” para a redução do IRS, que foi chumbada. “Quem hoje se juntou foi o PS e o PSD para impedir que a proposta do CHEGA, que era muito mais vantajosa, pudessem entrar em vigor.

► “Nós sempre fizemos política desta forma. Independentemente de ser o partido A ou o partido B, nós queremos é baixar os impostos às pessoas. É assim na política, nós queremos propostas que beneficiem os portugueses.”

- ANDRÉ VENTURA

Em qualquer caso, o Governo deve saber isto, que já deveria saber”, esclareceu. André Ventura classificou também a proposta de PSD e CDS-PP como “anacrónica”

e defendeu que foi o CHEGA que “permitiu que haja um desconto real, e não os dois cafés, ou os três cafés que a AD queria dar”. Sublinhe-se que o CHEGA havia proposto, no programa eleitoral das legislativas 2024, introduzir duas taxas marginais de IRS: de 15% até aos 39.999 euros e de 30% a partir de 40.000 euros, com isenção de pagamento para quem receber até aos mil euros mensais; isentar os jovens até aos 35 anos de IRS até perfazerem um total de 100 mil euros de rendimentos desde o início da sua carreira; e isentar de IRS o designado “15.º salário”, sem quaisquer condicionantes. Ventura salientou ainda que já sabia que ia “haver choradeira todo o dia”, pois “o Governo habituou-nos a doses de choradeira”. “O Governo devia chorar menos e governar mais, porque era assim que tínhamos evitado esta situação toda”, defendeu. O líder arrematou que o CHEGA é o “grande responsável pela descida dos impostos em Portugal”. Pensar nos portugueses e no país sempre foi o mote do CHEGA. E outro exemplo disso foi o fim das portagens das ex-SCUT, uma proposta do PS, aprovada também graças ao CHEGA. Em maio, o CHEGA votou a favor

a proposta socialista que eliminava as portagens nas ex-SCUT, pois “não chegou a acordo com o Governo para calendarizar uma redução gradual dessas portagens”. André Ventura anunciou, na altura, que deu instruções ao Grupo Parlamentar do CHEGA para aprovar o diploma, por ter considerado que, caso o inviabilizasse, o partido “seria absolutamente incoerente consigo próprio”. “O CHEGA defendeu em campanha eleitoral, de forma clara e explícita, o fim de todas as portagens. Era uma das propostas mais arrojadas. Foi o compromisso que fizemos: de trabalhar gradualmente para o fim de todas as portagens”, afirmou. Assim, “o CHEGA viabilizou a descida imediata e o fim das portagens imediato nas ex-SCUT, por entender que uma proposta demasiado gradual e sem compromisso poderia ferir a expectativa dos portugueses, sentirem que têm um alívio real nas portagens”, anunciou. Deste modo, o CHEGA tem demonstrado que não falta atrás com as promessas traçadas no programa eleitoral das legislativas. Ao contrário da Aliança Democrática que, desde que o Governo tomou posse, tem sido incapaz de cumprir as promessas que fez, durante a campanha eleitoral, “por

razões orçamentais”. Recorde-se que a 9 de novembro, no dia em que o Presidente da República anunciou que iria dissolver o Parlamento e convocar eleições antecipadas, na sequência da demissão do primeiro-ministro, o presidente do PSD, Luís Montenegro, afirmou que “com certeza” iria apresentar um orçamento retificativo se ganhasse os votos dos portugueses. Contudo, já se passaram cerca de dois meses, após a vitória, e ainda não há sinais de intenção de um retificativo. Para além disso, as medidas que constavam no programa eleitoral da AD com maior impacto orçamental, como a redução de impostos, em IRS e IRC, ou o descongelamento da carreira dos professores, só vão começar a pesar nas contas a partir de 2025. Sobre este assunto, o CHEGA já havia desafiado o Governo para um orçamento retificativo e uma “auditoria profunda ao Estado”. Em abril, o presidente do CHEGA pediu ao primeiro-ministro que apresente um orçamento retificativo “em nome da mudança e da reforma” e “em nome de Portugal”. André Ventura confrontou Luís Montenegro com declarações suas quando disse que o Orçamento do Estado para este ano, apresentado pelo último Governo do PS, era “pipi” e “muito betinho, que parece que faz, mas não faz”.

► “O Governo devia chorar menos e governar mais, porque era assim que tínhamos evitado esta situação toda”, defendeu Ventura e arrematou: “o CHEGA é o grande responsável pela descida dos impostos em Portugal”.

“Eu não quero mesmo acreditar, de coração, que vai governar Portugal com orçamento de impostos máximos, serviços mínimos e que nada faz”, desafiou o líder do CHEGA. André Ventura considerou que “este Governo tem medo de um orçamento retificativo, do Orçamento do Estado e da própria sombra porque assim se colocou, não criou uma solução de estabilidade e agora assume governar com o orçamento que PSD, IL e CHEGA votaram contra”.

MARCELO DEFENDE QUE É PRECISO PARAR "BOLA DE NEVE" DE IMIGRAÇÃO



© PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

POR FOLHA NACIONAL

Em declarações aos jornalistas, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, onde participou numa conferência sobre saúde, avança a Lusa, "Marcelo Rebelo de Sousa apelou ao Governo para que dê mais meios aos consulados, considerando que 'neste momento não têm condições suficientes para funcionar à medida da pressão que existe'. 'Isso é um desafio que o Governo tem de enfrentar. Ou reforma os consulados, ou lhes dá meios adicionais, ou coloca lá estruturas ligadas ao emprego, ao panorama profissional. Tem de enfrentar essa situação', afirmou. Nesta ocasião, o chefe de Estado justificou a promulgação imediata do decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros na segunda-feira que altera o regime jurídico de entrada e permanência de estrangeiros em território nacional, revogando as autorizações de residência assentes em manifestações de interesse apresentadas pelos imigrantes. Questionado se não foi rápido de mais nesta promulgação, respondeu: 'É preciso rapidamente regularizar milhares, dezenas de milhares, se não centenas de milhares de pessoas, que estão há espera disso há anos. Isso é urgente, e aí há outras medidas que supostamente farão funcionar a máquina para isso ser

possível. Vamos ver'. 'Em relação ao futuro imediato é sensato não deixar que a bola de neve continue a crescer, porque se não estamos a correr atrás do prejuízo, quer dizer, estamos a tentar regularizar centenas de milhares de pessoas e ao mesmo tempo a entrarem, ainda antes de o resto do regime estar em vigor, mais', argumentou. Para Marcelo Rebelo de Sousa, 'é uma questão de bom senso', neste momento, procurar que 'não se pressione em termos de mais número de pessoas essa máquina'. Interrogado se esta legislação não deveria passar pela Assembleia da República, o Presidente da República referiu que este decreto do Governo PSD/CDS-PP revogou regras que no passado foram definidas pelo anterior executivo do PS também por decreto-lei e que na altura promulgou. 'Eu entendi que devia adotar o mesmo comportamento. Na altura, ninguém levantou a questão da constitucionalidade e, portanto, entendo que nesta altura não faz sentido levantar', declarou. De acordo com o Jornal de Notícias, no entanto, Marcelo realçou, "a Assembleia é soberana, no sentido de que pode chamar a ela o diploma e pode revê-lo, pode reponderá-lo". O chefe de Estado considerou que "a questão das migrações é uma questão nacional

que deve ser tratada serenamente e sem dramatizações que por vezes têm surgido" e acrescentou: "Não entro mais em pormenor porque estamos em período eleitoral". Marcelo Rebelo de Sousa salientou que promulgou "apenas um diploma" de um pacote que tem "pelo menos 41 medidas" relacionadas com a imigração, tendo em conta a "situação de pressão" existente em Portugal, para "conter um bocadinho a pressão" da imigração. "Eu entendo que é uma questão urgentíssima e que exige uma resposta urgentíssima [aos processos pendentes]", reiterou, insistindo que, ao mesmo tempo, também é preciso "criar um esquema urgentíssimo" para uma "melhoria significativa nas condições dos consulados, porque se não o bloqueamento continua". O Presidente da República mencionou ainda, cita ainda o JN, que o futuro regime de entrada de estrangeiros "fará parte de outra lei", que terá de regular "a exigência do visto de trabalho", acautelando "o reagrupamento de famílias" e os "compromissos nacionais que estão assumidos" em relação aos cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). "Tenho de ver bem a fórmula que é adotada, porque isso ainda não me chegou às mãos", disse.



EDITORIAL

por RICARDO DIAS PINTO
SUBDIRETOR DO FOLHA NACIONAL

IMIGRAÇÃO: O QUE REALMENTE OFERECE A PORTUGAL?

É usual ouvir na boca de políticos, comentadores e jornalistas, que os imigrantes são absolutamente necessários e que vêm para ajudar a reconstruir o país, através da mão de obra em diversas áreas profissionais e através dos seus descontos, para a sustentabilidade da Segurança Social. Afirmando desde já que nada tenho contra uma imigração legal, bem regulada e direcionada, para as áreas profissionais que maiores necessidades possamos ter, é importante "desconstruir" um pouco este conceito que por aí grassa. Ou muito me engano ou a taxa de desemprego em Portugal não é negativa e, assim, há pessoas que não estando a trabalhar, têm todas as condições para exercer uma profissão ativa; ou muito me engano, ou parte dessas pessoas, estão a viver às custas de subsídios pagos pela Segurança Social; ou muito me engano, ou uma parte significativa dos imigrantes que entram no país, estão, também, a viver de subsídios. Poderia continuar este exercício de "desconstrução" da tese que está na moda, mas penso que já dará para entender o exagero da mesma.

Se precisamos de mão de obra, então:

- Devemos levar os portugueses que nada querem fazer ao mercado de trabalho, pois viver de subsídios, é viver do dinheiro dos que contribuem, criando os vícios que o ócio propicia e libertando o Estado de pagamentos que põem em causa a subsistência dos meios de apoio, aos que, por imperativo de máxima necessidade ou incapacidade, não podem efetivamente trabalhar;
- Deveremos criar condições, para que os nossos jovens não tenham de sair de Portugal, em busca de um futuro que insistimos em não lhes querer dar. Refiro-me aos tantos que se qualificaram, mas também a tantos outros que não tiveram essa oportunidade, mas que poderão ter uma vida profissional ativa, em diversos sectores com essas necessidades;
- Por último, aferindo os setores que, ainda assim, tenham maiores necessidades de mão de obra, aceitar na justa medida a vinda de imigrantes que claramente venham para trabalhar e integrar-se na nossa sociedade. Também esta será uma luta a travar na Europa por quem escolhermos eleger e essa é uma luta que, mais uma vez, só o CHEGA tem vontade política de travar!

MARCELO E MONTENEGRO QUISERAM "CONTER" O CHEGA NA IMIGRAÇÃO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O presidente do CHEGA acusou, esta semana, o Presidente da República e o primeiro-ministro de tentarem "conter" e "esvaziar" o seu partido na imigração e defendeu que os eleitores não serão influenciados por "nenhum teatro de revista mal feito". André Ventura disse que o Presidente da República "se apressou a promulgar" a alteração da lei de estrangeiros que acaba com o regime de exceção que permitia aos imigrantes regularizarem-se em Portugal, através da figura jurídica de manifestações de interesse, e considerou que "isto só mostra duas coisas: a

parolice enorme que aqui vai para tentar conter o CHEGA de qualquer maneira e, mesmo tentando contê-lo, estão a fazê-lo mal". Ventura recusou a crítica da cabeça de lista do BE, Catarina Martins, que acusou o chefe de Estado de "absoluta irresponsabilidade" por ter promulgado "num instante" o diploma do Governo com novas regras para a imigração. "O Presidente da República não foi irresponsável, Catarina Martins também sabe que não foi irresponsável. Ela está nisto há algum tempo também e sabe bem que o que houve foi um acordo entre Marcelo Rebelo de Sousa e Luís Montenegro", uma

"tentativa rápida de esvaziar qualquer coisa que o CHEGA pudesse dizer nesta matéria" e de o "conter eleitoralmente", insistiu.

► Em campanha eleitoral para as eleições europeias de domingo, André Ventura defendeu também que "há um único partido em Portugal que quer controlar a imigração, chama-se CHEGA, e é isso que os portugueses vão escolher no domingo".



O líder do CHEGA criticou o Governo por não ter anunciado medidas que o CHEGA defende, como a expulsão do território nacional de quem "cometa crimes", a limitação do acesso a apoios sociais para quem esteja há menos de cinco anos em Portugal e a introdução de quotas para a entrada de estrangeiros de acordo com as necessidades económicas do país. Em campanha eleitoral para as eleições europeias de domingo, André Ventura defendeu também que "há um único partido em Portugal que quer controlar a imigração, chama-se CHEGA, e é isso que os portugueses vão escolher no domingo".

"Se querem um partido que controle a imigração, votam no CHEGA, se acharem que não deve ser controlada a imigração e que é o que tem acontecido em Portugal está tudo certo, têm o PS, o PSD, o BE. Se quiserem mais imigrantes ainda têm o BE, o PCP, o Livre e todos esses que querem bar aberto das fronteiras portuguesas", indicou. O líder do CHEGA defendeu que "a escolha nunca foi tão clara" e que "ninguém vai votar ao engano", salientando que "não é nenhum teatro de revista mal feito de Marcelo Rebelo de Sousa que vai levar as pessoas a mudar o seu sentido de voto".

INDEMNIZAÇÃO A CRISTINA DIAS PASSOU "DA LEGALIDADE PARA A ÉTICA"



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O antigo secretário de Estado, Sérgio Monteiro, considerou esta semana que o debate sobre a saída de Cristina Dias da CP para a AMT passou das questões da legalidade para as da ética, que "ficam no juízo de cada um". "Julgo que já passamos das questões da legalidade para as questões de ética", afirmou o antigo secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Monteiro, em resposta

ao deputado do CHEGA Filipe Melo, na comissão parlamentar de Economia, Obras Públicas e Habitação.

► O antigo governante acrescentou que as questões de ética "não são menos importantes", no caso da rescisão por mútuo acordo pedida pela atual secretária de Estado da Mobilidade, Cristina Dias

O antigo governante acrescentou que as questões de ética "não são menos importantes", no caso da rescisão por mútuo acordo pedida pela atual secretária de Estado da Mobilidade, Cristina Dias, para sair da CP - Comboios de Portugal e integrar o Conselho de Administração da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT). "A ética e moral ficam no juízo de cada um, eu não sou polícia, nem ético, nem moral de quem quer que seja", vincou Sérgio Monteiro, acrescentando que, na sua perspetiva, o programa de rescisões por mútuo acordo "correu muito bem" e foi "determinante" para a saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo e, mais tarde, do Programa de Assistência Económico-financeira. O antigo secretário de Estado do governo PSD/CDS-PP, liderado por Pedro Passos Coelho, sublinhou que não teve conhecimento prévio, nem autorizou a indemnização de quase 80.000 euros paga a Cristina Dias. "Não acho que, enquanto tutela, devesse ter conhecimento da indemnização, julgo que não", referiu, apontando que não teve conhecimento das cerca de 3.000 rescisões que aconteceram naquela altura, no setor que tutelava.

ANTÓNIO VITORINO DIZ QUE TRANSIÇÃO PARA A AIMA "CORREU MAL"

FONTE: FOLHA NACIONAL

O antigo diretor-geral da Organização Internacional para as Migrações, António Vitorino, considerou, de acordo com a Lusa, "que a transição para a AIMA correu mal e que é preciso resolver rapidamente a situação. Naturalmente que esta transição correu mal. Isso não vale a pena mitigar as palavras, respondeu António Vitorino, aos jornalistas, quando questionado sobre a transição para a AIMA. Ao lado da cabeça de lista do PS às europeias, Marta Temido, durante uma ação de campanha eleitoral, em Lisboa, o antigo comissário europeu defendeu que é preciso resolver o que correu mal rapidamente". Em declarações na CNN Portugal, António Vitorino disse estar "muito curioso" em relação à aplicabilidade das medidas anunciadas, esta semana, pelo Governo para mitigar os problemas da AIMA na legalização dos imigrantes.

► "Naturalmente que esta transição correu mal. Isso não vale a pena mitigar as palavras", respondeu António Vitorino, aos jornalistas, quando questionado sobre a transição para a AIMA.

O ex-governante disse ainda que a proposta do Governo parece ser "um conjunto de intenções, realista e equilibrada, mas discutível aqui e além, mas que talvez peque por ser apresentada neste 'sprint' final antes das eleições europeias", alegando indiretamente que são medidas com "óbvios objetivos eleitorais". Vitorino, apesar do timing de apresentação das medidas por parte do Governo, disse que o tema é muito sério e que deverá ter um debate profundo no seio da Assembleia da República, devendo recolher um consenso alargado entre os partidos. A AIMA surgiu após a extinção do SEF em 2023, estando hoje debaixo de uma enorme pressão com mais de 500 mil processos de regularização de imigrantes.

PRESIDENTE DO INEM DIZ QUE DEGRADAÇÃO DO SERVIÇO "É INEGÁVEL"

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O presidente do INEM admitiu, esta semana, que a degradação do serviço "é inegável" e defendeu a necessidade de um reforço orçamental, alegando que as verbas para o instituto representam apenas 1% dos gastos em saúde. "Sobre a degradação do serviço, ela é inegável. Não vale a pena estarmos aqui a tentar dourar uma realidade que é conhecida de todos", reconheceu Luís Meira, numa audição na comissão de saúde a pedido do grupo parlamentar do PSD. O INEM precisa de "ter um reforço do orçamento" para garantir as suas atribuições, salientou o responsável do instituto, para quem este é um "grande desafio que o atual Governo tem" em relação à área da emergência médica. Luís Meira adiantou que as viaturas médicas de emergência e reanimação (VMER) mantêm operacionalidade superior a 98% e as ambulâncias de suporte imediato de vida (SIV) de 99%, taxas de que são baixas nas ambulâncias. "Há algumas ambulâncias

ANTIGO VICE DE GAIA ACUSADO DE CRIMES NA OPERAÇÃO BABEL

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Ministério Público (MP) acusou 16 arguidos na Operação Babel de dezenas de crimes económicos, incluindo o antigo vice-presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia, Patrocínio Azevedo, o empresário Paulo Malafaia e Elad Dror, fundador do grupo Fortera. Segundo a acusação do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) Regional do Porto, com quase mil páginas, e a que a agência Lusa teve acesso, estão também acusados neste processo o advogado João Lopes, Luísa Aparício, à data dos factos dirigia a Direção Municipal de Urbanismo e Ambiente da Câmara de Gaia, distrito do Porto, e 11 sociedades, a maioria pertencente ao Grupo Fortera, com capitais israelitas e ligado aos negócios e à promoção imobiliária. O antigo autarca de Gaia, que vai continuar em prisão preventiva, está acusado de cinco crimes de corrupção passiva, de quatro crimes de prevaricação, um de participação económica em negócio, um de tráfico de influência, um de abuso de poderes, um de branqueamento e de quatro crimes de recebimento ou oferta indevidos de vantagem.

IMIGRANTES EM PORTUGAL JÁ SÃO MAIS DE UM MILHÃO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A população estrangeira em Portugal aumentou cerca de 33%, no ano passado, totalizando mais de um milhão de imigrantes a viver legalmente no país, segundo um documento apresentado, esta semana, pelo Governo. O Plano de Ação para as Migrações, apresentado esta semana pelo executivo e que inclui 41 medidas, indica que "a população imigrante aumentou de forma significativa no último ano", passando de 781.247 em 2022, para 1.040.000 em 2023. O Governo compara também com o número de imigrantes residentes em Portugal em 2015, que era 383.759. O documento precisa que os dados de 2023 são provisórios e não estão incluídas nestas estatísticas, os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estadia temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular. De acordo com o Governo, a maior parte das autorizações de residência atribuídas em Portugal são para o exercício da atividade profissional.

QUALIDADE DOS SERVIÇOS E TEMPOS DE ESPERA NO SNS PIORARAM



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A percepção dos utentes sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) piorou, em 2023, na maioria dos indicadores, com os tempos de espera a agravarem-se, mas a facilidade de marcação e admissão a melhorar. Segundo o índice de Saúde Sustentável, desenvolvido pela NOVA Information Management School (NOVA-IMS), que foram apresentados, esta semana, a percepção da qualidade dos serviços e dos tempos de espera em unidades de saúde continua a ser o principal ponto fraco (caiu para 64,5 pontos) do SNS. Outro ponto fraco, embora tendo registado melhoria, foi a facilidade de acesso aos cuidados de saúde.

► "Os dados indicam que 15% diz que o valor das taxas moderadoras é inadequado, mas revelam que os utentes continuam a ter uma percepção do valor das taxas moderadoras superior ao real."

Os profissionais de saúde e a qualidade da informação fornecida por estes profissionais são os principais pontos fortes do SNS na ótica dos utentes. O índice indica ainda que as áreas prioritárias de ação no SNS devem ser a facilidade de acesso aos cuidados e os tempos de espera. Segundo o índice, a maioria dos portugueses (74,1%) considera o seu estado de saúde atual "bom" ou "muito bom", uma percentagem superior à registada em 2022. Quase metade (49%) diz que o seu estado de saúde afeta negativamente a sua qualidade de vida e 41% consideram que dificulta a realização de tarefas diárias (pessoais e/ou profissionais). Um em cada três diz que o seu estado de saúde dificulta a mobilidade e 38% que lhes provoca ansiedade ou depressão / dor ou mal-estar. Globalmente, os utentes continuam a considerar o preço do SNS adequado, assim como o valor que pagam pelos medicamentos. Os dados indicam ainda que 15% diz que o valor das taxas moderadoras é inadequado, mas revelam que os utentes continuam a ter uma percepção do valor das taxas mode-

radoras superior ao real. Segundo os dados recolhidos, muitos utentes ainda pensam que se paga nas consultas com médico de família nos centros de saúde, assim como nas consultas externas de especialidade nos hospitais públicos e nos internamentos, quando na realidade esses serviços são gratuitos. Quase todos os inquiridos (82%) tomaram, em 2023, um medicamento prescrito pelo médico. Destes, 72% faz terapia regular ou prolongada e 10% optou por não comprar medicamentos prescritos devido ao custo, um valor inferior em 0,3 pontos percentuais ao ano anterior. O Índice de Saúde Sustentável, desenvolvido pela NOVA-IMS, em colaboração com a AbbVie, pretende quantificar a sustentabilidade do SNS, analisando dimensões como a atividade, a despesa, a dívida e a qualidade (técnica e percecionada). Procura igualmente compreender os contributos económicos e não económicos do SNS, conhecer o impacto dos custos de utilização do sistema no seu nível de utilização e identificar pontos fortes e fracos, bem como possíveis áreas prioritárias de atuação.

CGD PAGA AO ESTADO DIVIDENDO DE 525 MILHÕES NA PRÓXIMA SEMANA

FONTE: FOLHA NACIONAL

Segundo a Lusa, “a Caixa Geral de Depósitos (CGD) anunciou esta semana que vai pagar ao seu acionista, o Estado, no dia 12 de junho, o dividendo de 525 milhões de euros, referente ao exercício de 2023. Nos termos legais, avisa-se que de acordo com o deliberado em Assembleia Geral de 29 de maio de 2024, no próximo dia 12 de junho, irá ocorrer o pagamento do dividendo, sendo o valor unitário de 0,579717254126 por ação, totalizando 524.726.956,00 euros, regista um comunicado da CGD desta semana enviado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Na apresentação dos resultados do primeiro trimestre, em maio, o banco público apontou que previa entregar neste trimestre 525 milhões de euros em dividendos, referentes ao resultado de 2023.

► “O resultado líquido do banco público teve um crescimento aproximado de 49% face aos resultados de 2022, superando o dividendo previsto pelo ex-ministro das Finanças, Fernando Medina.”

No ano passado, a CGD teve um lucro de 1.291 milhões de euros, um resultado muito impulsionado pela margem financeira (a diferença entre juros cobrados no crédito e juros pagos nos depósitos), que duplicou para 2.866 milhões de euros”. O resultado líquido do banco público, teve um crescimento aproximado de 49%, face aos resultados de 2022, superando o dividendo previsto pelo ex-ministro das Finanças, Fernando Medina. No total, o Estado vai ter um encaixe de mais 64 milhões de euros, do que o previsto pelas Finanças no Orçamento do Estado, acompanhando os lucros dos restantes bancos comerciais a operarem no mercado nacional. A CGD conseguiu uma redução de custos de 15% em especial nos custos com pessoal, contribuindo desta forma para o resultado final.

PROVIDÊNCIA CAUTELAR CONTRA CANCELAR PRIVATIZAÇÃO DA AZORES AIRLINES



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O consórcio candidato à privatização da Azores Airlines, Newtour/MS Aviation, interpôs uma providência cautelar contra a decisão do Governo Regional de cancelar o concurso, segundo documento a que a Lusa teve acesso. “A presente providência cautelar tem em vista suspender o ato administrativo consubstanciado na Deliberação de 2 de maio de 2024, emanada pelo Governo Regional, da Região Autónoma dos Açores

nos termos da qual aquele órgão determinou – através de um comando ilegalmente dirigido ao Conselho de Administração da SATA Holding, S.A. –, a anulação do processo de privatização da SATA Internacional – Azores Airlines, S.A”, lê-se no documento entregue no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, a que a Lusa teve acesso. O consórcio alega que o Governo Regional dos Açores não tem competência para emitir ordens, enquanto Estado, nem enquanto acionista,

ao Conselho de Administração de uma empresa, ainda que por si detida. O candidato aponta ainda que o caderno de encargos prevê que um eventual cancelamento do concurso público tem de ser da iniciativa do Conselho de Administração e não do Governo Regional e salienta que “o conselho de administração nunca propôs o cancelamento do concurso”.

► “O consórcio alega que o Governo Regional dos Açores não tem competência para emitir ordens, enquanto Estado, nem enquanto acionista, ao Conselho de Administração de uma empresa, ainda que por si detida.”

O Governo dos Açores anunciou, em 2 de maio, o cancelamento do concurso de privatização da Azores Airlines e o lançamento de um novo, alegando que a companhia estava avaliada em seis milhões de euros no início do processo e vale agora 20 milhões, negando que as reservas sobre o consórcio concorrente tenham pesado na decisão.

DÍVIDA PÚBLICA SOBE 2,5 MIL MILHÕES DE EUROS EM ABRIL

FONTE: FOLHA NACIONAL

A dívida pública, de acordo com a Lusa, “na ótica de Maastricht, a que conta para Bruxelas, aumentou 2,5 mil milhões de euros em abril, totalizando 273,4 mil milhões de euros, divulgou esta semana o Banco de Portugal (BdP). “Esta subida refletiu o acréscimo de 1,9 mil milhões de euros dos títulos de dívida (bilhetes e obrigações do Tesouro) e o aumento de 0,7 mil milhões de euros dos empréstimos, sobretudo de curto prazo”, justifica o banco central. Os depósitos das administrações públicas totalizaram 12 mil milhões de euros em abril, menos 1,8

mil milhões de euros face a março. Deduzida desses depósitos, refere o BdP, a dívida pública aumentou 4,3 mil milhões de euros, para 261,4 mil milhões de euros”. O governador do BdP, Mário Centeno, avisou esta semana de que apesar das melhorias nos últimos anos no âmbito da redução da dívida, a mesma, encontra-se neste momento muito próxima dos 100% do PIB novamente. No final de 2023, o ex-ministro das Finanças, Fernando Medina, fez de tudo para baixar a dívida pública da república portuguesa abaixo dos 100% do PIB. Centeno alertou para o aumento das taxas de juro

pelo menos até 2026, expondo a dívida portuguesa a um maior risco, alertado que a mesma se encontra ainda muito alta. Portugal conseguiu reduzir o impacto dos juros na dívida pública, aproveitando quase uma década de taxas de juro baixas, no entanto, esse cenário alterou-se significativamente no último ano. O governador aconselhou uma maior prudência orçamental ao Governo, para minimizar os montantes de refinanciamento, mantendo a credibilidade junto dos mercados. O BdP volta a divulgar dados da dívida pública no dia 1 de julho.



ALEMANHA REAVALIA DEPORTAÇÕES DE CRIMINOSOS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A Alemanha está a analisar a possibilidade de retomar as deportações de criminosos para o Afeganistão, um procedimento suspenso desde o regresso dos talibãs ao poder em agosto de 2021, avançou esta semana a ministra da Administração Interna.

"Há vários meses que tenho vindo a analisar muito intensamente (...) a possibilidade de deportar infratores graves e pessoas perigosas de volta para o Afeganistão", segundo Nancy Faeser, quando questionada na conferência de imprensa sobre segurança antes do campeonato europeu de futebol 2024. Para a responsável, "é evidente que as pessoas que representam um perigo potencial para a segurança da Alemanha devem ser deportadas rapidamente". Assim, está a ser feito "tudo o que é possível para encontrar formas de deportar criminosos e pessoas perigosas para a Síria, bem como para o Afeganistão" e uma "solução possível seria falar com os Estados vizinhos", avançou ainda a ministra da Alemanha, país que não reconhece o governo talibã. Várias vozes, sobretudo da direita e da direita radical, mas também do partido social-democrata do chanceler Olaf Scholz, têm pedido o regresso das deportações, na sequência de um esfaqueamento perpetrado por um afegão de 25 anos, em Mannheim, que matou um polícia de 29 anos e deixou cinco feridos. A ministra dos Negócios Estrangeiros, a ecologista Annalena Baerbock, notou, por seu lado, os desafios de segurança associados a um eventual reinício das deportações.



© FACEBOOK DE ANNALENA BAERBOCK

MULHER DE PM ESPANHOL OUVIDA POR SUSPEITAS DE TRÁFICO DE INFLUÊNCIAS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A mulher do primeiro-ministro espanhol foi chamada a declarar em tribunal "na qualidade de investigada" num processo de possível tráfico de influências, segundo uma decisão do juiz que tutela o processo citado, esta semana, por vários meios de comunicação. Begoña Gómez foi chamada a declarar, no dia 5 de julho, no âmbito do processo que investiga suspeitas de tráfico de influências e corrupção no setor privado, numa série de contratos públicos adjudicados a empresas, propriedade de um professor universitário, com ligações à mulher do primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez. Na semana passada, a justiça espanhola decidiu avançar com a investigação à mulher de Pedro Sánchez por suspeitas de tráfico de influências, rejeitando um parecer do Ministério Público que defendia o arquivamento de uma denúncia contra Begoña Gómez. Os magistrados do tribunal de Madrid, responsáveis pelo caso, consideraram que a denúncia contém "indícios objetivos" de que pode ter sido cometido um crime, o que "legitima uma investigação".

GOVERNO DOS EUA RESTRINGE PEDIDOS DE ASILO NA FRONTEIRA



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou esta semana uma ordem executiva para restringir, drasticamente, os pedidos de asilo na fronteira com o México, numa das medidas de imigração mais restritivas do seu mandato. Esta decisão permitirá às autoridades norte-americanas deportar aqueles que não cumpram as rigorosas normas de asilo, quando o número de 2.500 detenções diárias na fronteira for ultrapassado, durante uma média de sete dias. O despacho entrará em vigor esta semana, porque esse número de 2.500 detenções já está a ser ultrapassado, com uma média de 4.200 detenções diárias ocorridas em abril, o último número oficial disponível.

ORBÁN PEDE PACTO MELONI-LE PEN PARA DIREITA RADICAL

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, apelou esta semana a um acordo entre as líderes da direita radical de Itália e França, que concorrem às eleições europeias em diferentes famílias políticas, para aproveitar uma "oportunidade histórica" para "mudar" Bruxelas. "Esta Comissão Europeia fracassou na agricultura, na guerra, na imigração e na economia. Agora deve sair", defendeu Orbán numa entrevista ao italiano Il Giornale, na qual também apelou a uma maior cooperação entre os partidos de direita radical, num contexto que considerou uma "oportunidade histórica para realizar uma mudança". "Os partidos de direita devem colaborar. Estamos nas mãos de duas mulheres que devem chegar a um acordo", explicou o líder húngaro, referindo-se à primeira-ministra italiana e líder dos Irmãos de Itália, Giorgia Meloni, e à líder da União Nacional em França, Marine Le Pen — ambos partidos de direita radical, mas que pertencem a duas famílias políticas europeias diferentes. Orbán também não poupou críticas à gestão da mais recente legislatura da UE.



OPINIÃO

por **PATRÍCIA SUSANA SILVA**
TÉCNICA ADMINISTRATIVA

OS VALORES DA FAMÍLIA

A família é o pilar basilar da sociedade, embora não a vejam desta forma. Na realidade, a família é mais complexa do que possa imaginar. E ao falar de família, falo de união entre homem e mulher. Verdade seja dita que a vida familiar, no seu papel de célula-base, onde a natureza é a educação e a introdução do indivíduo na sociedade, bem como na sua vida pessoal em que os valores representados de direitos e deveres, lhe permite um sentido de respeito, harmonia e total prosperidade na sociedade. Não cabe ao Estado substituir as famílias daquele que é um seu direito e dever. A educação pertence aos pais e o ensino às escolas, não há dúvidas.

Só que há! Os pais têm se ausentado do seu papel, permitindo que o Estado inverta os papéis, colocando desde o pré-escolar questões de poder, do ser, e onde a ideologia do género de uma forma galopante tem vindo a destruir os valores, onde o indivíduo não respeita o papel da família, para se tornarem seres individualistas e consumistas. Isto são políticas de esquerdas, "a nova ordem mundial", que estão implementadas nas escolas e os pais não sabem, alguns não querem saber e outros que estão, de tal forma absorvidos na luta diária de sobrevivência, que não têm sequer tempo para saber, o que se passa na escola, quais os temas debatidos?

Se permitirmos o crescimento desta política de ideologia de género, a sociedade está em causa, viver num individualismo, onde os indivíduos preferem ter cães/gatos a filhos, onde a propaganda à transição de sexo, aos inúmeros géneros, que estão a ser iluminados, (não existem biologicamente) a procriação está em causa. Não há um desenvolvimento da sociedade e crescimento da mesma. Se nos calarmos, uma família - pai, mãe e filhos - será uma aberração. Não Aceito. A família é o pilar da sociedade, ponto. Devemos de cuidar das nossas famílias, criar meios e flexibilidade junto do Estado, para que haja uma melhor gestão familiar. Como a hipótese de a mãe poder educar os seus filhos até a idade escolar, sem que haja falha financeira. Precisamos urgentemente de reconstruir os valores da família.

REDE X PASSA A PERMITIR PUBLICAÇÃO DE CONTEÚDO PORNOGRÁFICO

A rede social X atualizou esta semana as suas regras, para permitir que utilizadores publiquem “nudez ou comportamento sexual adulto produzido e distribuído com consentimento”, desde que não esteja num local de destaque, como uma imagem de perfil. “Acreditamos na autonomia dos adultos para interagir e criar conteúdos que reflitam as suas próprias crenças, desejos e experiências, inclusive aquelas relacionadas à sexualidade”, realçou, em comunicado, a empresa de Elon Musk. Os utilizadores menores de 18 anos ou que não tenham inserido a data de nascimento no perfil não poderão ‘clicar’ em conteúdo pornográfico.



Insólito da Semana ZOOM TRAMA CONDUTOR COM CARTA SUSPENSA

Correy Harris, um cidadão norte-americano, foi suspenso de conduzir e para contestar esta decisão do tribunal, surgiu a conduzir. Numa audiência, o condutor juntou-se, via chamada zoom, a conduzir e até pediu um momento ao juiz Cedric Simpson para estacionar. Surpreendido e perplexo, o juiz questionou se Harris estava mesmo a conduzir. O condutor não confirmou nem desmentiu, ao que, perante tal irresponsabilidade, o juiz aplicou a pena mais gravosa de prisão efetiva.

“MORTE AOS ÁRABES”. NACIONALISTAS ISRAELITAS MARCHAM EM JERUSALÉM

Milhares de israelitas, na maioria ultranacionalistas, participaram esta semana numa marcha anual realizada numa área palestina sensível de Jerusalém, com alguns a alimentar tensões já existentes em tempo de guerra com gritos de “morte aos árabes”. Jerusalém, o coração emocional do conflito israelo-palestiniano, tem estado, na descrição da agência norte-americana Associated Press, bastante calma, durante a guerra entre as forças de Telavive e o grupo islamita palestino Hamas.

“É HORA DE INVESTIR” PARA AUMENTAR RESERVAS DE ÁGUA

A ministra do Ambiente e Energia disse, esta semana, que a escassez de água no Algarve é uma realidade, sublinhando que agora é tempo de “executar” os projetos previstos para a região aumentar a sua disponibilidade hídrica. Graça Carvalho frisou que há financiamento garantido para a ligação entre o barlavento (oeste) e sotavento (este) algarvios, para a tomada de água do Guadiana, a partir do Pomarão, para a barragem de Odeleite e para a dessalinizadora que ficará localizada em Albufeira.

PORTUGAL REAL

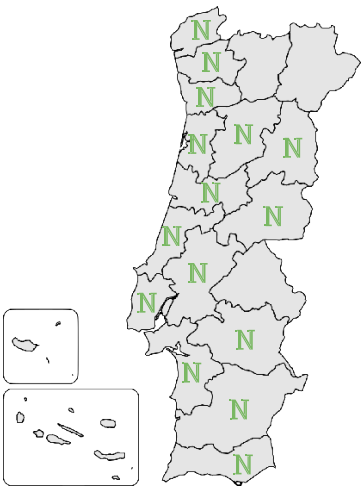
CHEGA MATOSINHOS LUTA PELA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL



O Grupo Municipal do CHEGA propôs, na Assembleia Municipal de Matosinhos, uma recomendação ao executivo, para dar início aos procedimentos necessários para a criação do Plano de Mobilidade Sustentável de Matosinhos, alinhado com as diretrizes estabelecidas pela Lei de Bases do Clima e as recomendações da Comissão Europeia. Um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) é um documento estratégico projetado para atender as necessidades de mobilidade

das pessoas e empresas, em áreas urbanas e seus arredores, contribuindo para uma melhor qualidade de vida. A mobilidade desempenha um papel crucial na construção de cidades sustentáveis e inclusivas, sendo considerada um direito fundamental no modelo de sociedade europeia. Diante da complexidade dos sistemas urbanos, os municípios enfrentam o desafio de realizar um planeamento de mobilidade abrangente, que é parte do diagnóstico da situação atual em todas as suas vertentes.

O Folha Nacional em Portugal



Cultural

AVEIRO COMEMORA FESTA ARTE NOVA A PARTIR DE SÁBADO

A Câmara de Aveiro vai celebrar a Festa Arte Nova, a partir de sábado, com um conjunto de atividades que evocam, este dia, e realçam a presença desta corrente artística na cidade, informou esta semana a autarquia. “A efeméride é promovida pela Réseau Art Nouveau Network”.

CANDIDATURA DAS FORTALEZAS DA RAIA A PATRIMÓNIO MUNDIAL NA UNESCO

As Câmaras de Almeida, Marvão e Valença formalizaram, junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a candidatura conjunta das Fortalezas Abaluartadas da Raia a Património Mundial.

PRIMAVERA SOUND REGRESSA AO PARQUE DA CIDADE DO PORTO

O festival Primavera Sound regressa ao Parque da Cidade, no Porto, este final de semana, com um cartaz maioritariamente feminino, sem o palco dedicado à eletrónica e um teste real ao novo recinto estreado na edição do ano passado. Todas as informações em <https://www.primaverasound.com/pt/porto>.

TREINADOR CONDENADO POR ASSÉDIO PODE VOLTAR A DAR AULAS

A Relação de Coimbra confirmou o cancelamento do registo criminal de um treinador de natação condenado, em 2023, por importunação sexual a uma atleta de 19 anos, por forma a permitir que este pudesse regressar ao ativo. O Tribunal da Relação de Coimbra, num acórdão publicado no final de maio, julgou improcedente o recurso do Ministério Público que defendia a realização de uma

perícia psiquiátrica ao treinador de natação, como condição para avaliar o pedido de cancelamento provisório do registo criminal do mesmo, que estaria em vigor por um prazo de cerca de 20 anos. A segunda instância seguiu a decisão do Tribunal de Execução de Penas de Coimbra que optou pelo cancelamento provisório do registo criminal, em janeiro, sem exigir qualquer perícia, ao contrário do que era defendido pelo Ministério Público.

A condenação está relacionada com uma situação ocorrida na noite de passagem de ano de 2018 para 2019, no estágio de natação de um clube onde treinava. Nessa noite de passagem de ano, o treinador, alcoolizado, tirou o telemóvel de uma atleta e saiu do quarto do hotel desta, passando a enviar mensagens para outra atleta de alta competição, de 19 anos, fazendo-se passar pela amiga, formulando propostas de teor sexual.



O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PRÉMISSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUI, Nº 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A RUA DA CAPELA NOSSA SRA, DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÉRO PINHEIRO SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 25 600 UNIDADES

